

Núcleo Executivo

Ata nº 281

Realizou-se no dia 14 de janeiro de dois mil e vinte e dois, às dez horas uma reunião ordinária de Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social da Amadora (reunião realizada online via Teams).

Estiveram presentes na reunião Susana Nogueira, Presidente do CLAS, Ana Moreno, Coordenadora do N.E. do CLAS, Rute Gonçalves, Ana Costa e Catarina Jesus, técnicas de apoio ao NE, Cristiana Antunes da Junta de Freguesia de Alfragide em representação das Comissões Sociais de Freguesia, Sónia Ciríaco, do IEFP – Serviço de Emprego da Amadora e Ana Paula Correia, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Elsa Santos da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Amadora, Paula Besugo do ACES Amadora e Susana Perpétua do ISS, I.P. - Serviço Amadora.

A **Dra. Ana Moreno** deu início à reunião com a apresentação da nova representante das Comissões Sociais de Freguesia para 2022, a **Dra. Cristiana Antunes** da Junta de Freguesia de Alfragide.

A **Dra. Rute Gonçalves** deu informação acerca do processo de monitorização do PDSS, referindo que foram recebidas poucas respostas dos parceiros e que por isso, não foi possível recolher a totalidade dos dados de execução.

Relativamente à dinamização das sessões plenárias do CLAS, e no âmbito da proposta validada na última sessão plenária de 2021, foi apresentada a seguinte proposta de temáticas a trabalhar nas sessões plenárias para o corrente ano:

- Maio – Parcerias e trabalho em rede (Dinâmicas de grupo e enquadramento teórico);
- Outubro – Intervenção com séniores (enquadramento PEES);
- Dezembro – Pobreza e exclusão social (trabalho de elaboração de diagnóstico social).

A primeira sessão plenária do ano vai ser realizada no dia 18 de fevereiro, e incluirá a temática da intervenção com crianças e jovens no município, com a realização de uma conferência com o título “É preciso toda uma comunidade para proteger uma criança”, onde participarão a EMAT, o NIJ e a CPCJ.

Será depois realizado em encontro mais específico sobre esta área temática, no dia 17 de março, com a parceria da Rede Social, onde participará o Prof. Paulo Guerra.

Seguidamente, a **Dra. Rute Gonçalves** deu informações sobre a edição de 2022 do Selo de Boas Práticas para a Intervenção social das plataformas supraconcelhias da grande Lisboa e Oeste. Assim as datas propostas para o concurso deste ano são as seguintes:

- 14 de março a 14 de maio – Período de receção de candidaturas
- 20 de maio – Análise dos critérios de elegibilidade das candidaturas pelos Conselhos Locais de Ação Social (reunião de NE)
- Até 31 de maio – Envio das candidaturas pelos CLAS ao Júri do Selo de Boas Práticas (CDLisboa-redesocial@seg-social.pt)
- junho a setembro – Análise de candidaturas pelo Júri do Selo de Boas Práticas
- outubro a dezembro – Atribuição do Selo de Boas Práticas em cerimónia de entrega, a agendar no período em referência.

A **Dra. Ana Moreno** partilhou de seguida algumas informações sobre o NPISA, nomeadamente:

- Foi assinado protocolo com a Associação Crescer no final de 2021. A intervenção desta associação vai ter como principal foco a freguesia das Águas Livres, onde há uma zona onde existe consumo a céu aberto (território entre a Cova da Moura e a Estrada Militar da Damaia);
- No âmbito do trabalho desenvolvido com a Comunidade Vida e Paz, foi elaborada uma candidatura para criação de 2 apartamentos para acolhimento de pessoas em situação de sem-abrigo.

A este propósito, a **Dra. Sónia Ciríaco** do IEFP informou que estão a ser realizados atendimentos de proximidade com a população sem-abrigo no Espaço Aberto ao Diálogo. São atendimentos individuais, conversas informais para aferir expectativas e competências na área da formação e do emprego.

A **Dra. Paula Besugo** do ACES Amadora partilhou algumas preocupações, nomeadamente com o facto de que devido a dificuldades financeiras muitas pessoas não estão a adquirir medicação para doenças crónicas. Estas situações, sempre que possível, têm estado a ser resolvidas, no âmbito do Serviço Social do ACES.

A **Dra. Susana Perpétua do ISS – I.P.** corrobora com todas as reflexões feitas pelo NE, nomeadamente ao nível das questões dos elevados custos com habitação, sendo que há cada vez mais situações desta natureza sinalizadas ao ISS.

Ao nível da habitação e no âmbito do Protocolo da CIG, o IHRU já deu informação que já não tem fogos disponíveis para vítimas de violência doméstica. O número de vagas em Casas-Abrigo também tem sido cada vez menor.

A **Dra. Susana Perpétua do ISS – I.P.** lembrou que no que diz respeito ao Estatuto do Cuidador Informal já terminou o projeto-piloto e o projeto vai ser alargado a todo o país.

Relembrou também que estão abertas as candidaturas PROCOOP para novas respostas/Projetos inovadores até fevereiro/22. Era importante fazer um reforço junto dos parceiros para se candidatarem.

A Sra. Presidente do CLAS, **Dra. Susana Nogueira**, informou que a Estratégia Local de Habitação foi aprovada no final do ano passado. Ainda existem cerca de 2000 pessoas no município em situações de habitação indigna.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião terminou pelas 11H30.